

**Instituto de Biologia Molecular e Celular - IBMC**

AJUSTE DIRETO N.º 407/2024 - IBMC

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÓDULO PROVISÓRIO DE FÁCIL  
DESMONTAGEM**

**CADERNO DE ENCARGOS**

**Índice**

Cláusula 1ª - Objeto.....	4
Cláusula 2ª - Contrato .....	4
Cláusula 3ª - Início de Vigência e Duração do Contrato .....	5
Cláusula 4ª - Preço Base .....	5
Cláusula 5ª - Prestação dos Serviços .....	5
Cláusula 6ª - Principais Obrigações do Adjudicatário .....	5
Cláusula 7ª - Fiscalização, Controlo e Avaliação da Prestação dos Serviços .....	6
Cláusula 8ª - Substituição do Adjudicatário.....	7
Cláusula 9ª - Conformidade e Garantia Técnica dos Serviços.....	7
Cláusula 10ª - Aspectos Submetidos à Concorrência.....	8
Cláusula 11ª - Aspectos não Submetidos à Concorrência.....	8
Cláusula 12ª - Patentes, Licenças e Marcas Registadas.....	8
Cláusula 13ª - Preço Contratual e Revisão de Preço.....	8
Cláusula 14ª - Condições de Pagamento do Preço.....	9
Cláusula 15ª - Penalidades Contratuais.....	9
Cláusula 16ª - Resolução do Contrato por parte da Entidade Adjudicante.....	10
Cláusula 17ª - Resolução do Contrato pelo Adjudicatário.....	11
Cláusula 18ª - Suspensão do Contrato .....	11
Cláusula 19ª - Modificações do Contrato.....	11
Cláusula 20ª - Encargos, Custos e Despesas.....	12
Cláusula 21ª - Gestor do Contrato .....	12
Cláusula 22ª - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual pelo Adjudicatário .....	12
Cláusula 23ª - Responsabilidades.....	12
Cláusula 24ª - Força Maior.....	13
Cláusula 25ª - Sigilo e Confidencialidade.....	14
Cláusula 26ª - Proteção e Tratamento De Dados Pessoais .....	15
Cláusula 27ª - Políticas Horizontais .....	15

Cláusula 28ª - Interpretação e Validade.....	15
Cláusula 29ª - Deveres de Informação.....	15
Cláusula 30ª - Regime Contraordenacional.....	16
Cláusula 31.ª - Legislação Aplicável .....	16
Cláusula 32.ª - Foro Competente .....	16
Cláusula 33.ª - Comunicações e Notificações .....	16
Cláusula 34ª - Partes Integrantes .....	17
Cláusula 35ª - Contagem dos Prazos .....	17
Nota Introdutória .....	18
Especificações Técnicas dos Serviços a Prestar .....	18

**Cláusula 1ª - Objeto**

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a inserir no contrato de aquisição de serviços a celebrar pela Entidade Adjudicante, o Instituto de Biologia Molecular e Celular – IBMC, que tem por objeto a *Aquisição de Serviços para Fornecimento e Instalação de Módulo Provisório de Fácil Desmontagem*, com as características, especificações e requisitos constantes dos *Anexos I e II* e nos termos e condições definidos no presente caderno de encargos.
2. O caderno de encargos inclui os *Anexos I e II* considerados parte integrante do mesmo.
3. Atento o disposto no número anterior, o Adjudicatário obriga-se à prestação do(s) serviço(s) de acordo com os termos previstos neste caderno de encargos, em especial atento ao(s) seu(s) anexo(s) e na proposta adjudicada.
4. A presente aquisição tem a seguinte classificação CPV: 71315000-9 (Instalações técnicas em edifícios).

**Cláusula 2ª - Contrato**

1. O contrato, celebrado por escrito, é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, regulado nos termos do disposto nos artigos 278.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, adiante abreviadamente designado por "CCP", em especial o plasmado nos termos dos seus artigos 450.º e seguintes, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo convidado e expressamente aceites pelo Órgão Competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Esclarecimentos, sobre a proposta adjudicada, prestados pelo Adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas do número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas acima e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos nos termos do disposto no Artigo 99º do CCP e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no Artigo 101.º do referido diploma legal.

**Cláusula 3ª - Início de Vigência e Duração do Contrato**

O contrato entrará em vigor na data da respetiva assinatura e durará pelo prazo necessário à completa e efetiva realização de todas as obrigações assumidas pelo Adjudicatário, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

**Cláusula 4ª - Preço Base**

1. Para efeitos de elaboração de propostas fixa-se, como parâmetro base do preço contratual, o valor de **€ 15 500 (quinze mil e quinhentos euros)**.
2. O preço base é definido como o preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
3. Proposta com valor superior ao valor do preço base será excluída.

**Cláusula 5ª - Prestação dos Serviços**

1. O Adjudicatário prestará os serviços objeto do contrato nas instalações da Entidade Adjudicante, sitas no Edifício i3S, Rua Alfredo Allen nº 208, 4200-135 Porto, durante o seu horário de funcionamento, salvo nos casos indicados na proposta do Adjudicatário e aceites pela Entidade Adjudicante.
2. Para o efeito de requerer ao Adjudicatário que lhe sejam prestados os serviços objeto do contrato, a Entidade Adjudicante, remeterá, através do correio eletrónico [compras@ibmc.up.pt](mailto:compras@ibmc.up.pt) a respetiva requisição, a qual incluirá as seguintes menções obrigatórias:
  - a) Identificação dos serviços a prestar;
  - b) Preço;
  - c) Número da requisição;
  - d) Referência deste procedimento: AD 407/2024

**Cláusula 6ª - Principais Obrigações do Adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, em especial no CCP, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, as seguintes obrigações principais, a saber:
  - a) Obrigação de prestação dos serviços, objeto do contrato;
  - b) Obrigação de garantia de conformidade dos serviços prestados com o contrato;

- c) Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à boa execução dos serviços objeto do contrato;
  - d) Executar todas as tarefas que se mostrem necessárias à pontual e cabal execução dos serviços objeto do contrato, com respeito por todas as normas aplicáveis e com elevados padrões de qualidade, eficiência e segurança;
  - e) Participar em reuniões com a Entidade Adjudicante e/ou com terceiros, sempre que para tal seja solicitado;
  - f) Efetuar todas as comunicações, requerer e manter válidas, durante a vigência do contrato, todas as autorizações, licenças e seguros exigíveis, nos termos da legislação em vigor, para o exercício da sua atividade e pagar todas as quantias que se mostrem necessárias àquela obtenção sendo responsável por quaisquer sanções decorrentes da violação da referida obrigação;
  - g) Comunicar, de imediato, a Entidade Adjudicante, quaisquer ocorrências e/ou impedimentos que possam comprometer a execução atempada dos serviços objeto do contrato ou a confidencialidade dos dados fornecidos pelo mesmo;
  - h) Realizar o tratamento dos dados da Entidade Adjudicante, comprometendo-se a não utilizar tais dados para diferentes fins, em conformidade com o disposto na Cláusula 26ª do presente Caderno de Encargos;
  - i) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação, a sua situação jurídica e a sua situação comercial.
2. O Adjudicatário reconhece que será o único e exclusivo responsável, em qualquer caso, pelos atos ou omissões dos seus trabalhadores ou de quaisquer entidades por si subcontratadas, a qualquer título, e pelos danos e prejuízos que sejam causados a pessoas e bens, correndo às suas expensas, sem quaisquer responsabilidades, ónus ou encargos para a Entidade Adjudicante, o ressarcimento ou indemnização que tais danos ou prejuízos possam motivar.
3. A título acessório, o Adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

### **Cláusula 7ª - Fiscalização, Controlo e Avaliação da Prestação dos Serviços**

1. A Entidade Adjudicante tem direito a fiscalizar, controlar e avaliar, a todo o tempo, a execução dos serviços que constituem o objeto do contrato, bem como o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Adjudicatário, podendo nomear uma comissão de avaliação e acompanhamento.

2. A Entidade Adjudicante poderá efetuar no período da prestação dos serviços as operações de verificação, podendo rejeitar total ou parcialmente os serviços executados.
3. No caso de rejeição dos serviços prestados, o Adjudicatário deverá proceder à sua imediata correção, suportando todos os encargos, se for o caso.

#### **Cláusula 8ª - Substituição do Adjudicatário**

1. A Entidade Adjudicante poderá intervir na execução da prestação de serviços, nomeadamente, através da contratação de serviços de terceiros, sempre que ocorra a cessação ou interrupção total ou parcial da prestação de serviços, ou se verifiquem graves deficiências na realização dos trabalhos ou nos consumíveis a fornecer, suscetíveis de comprometer a regularidade desta prestação.
2. Sem prejuízo do direito de resolver o contrato, ao Adjudicatário serão imputados, além das penalizações e respetivas sanções pecuniárias, os custos de intervenção suportados pela Entidade Adjudicante respeitantes não só à manutenção dos serviços, como ao restabelecimento da normalidade dos mesmos.

#### **Cláusula 9ª - Conformidade e Garantia Técnica dos Serviços**

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de serviços e das garantias a ela relativas, o Adjudicatário garante prestar os serviços objeto do contrato sem quaisquer defeitos ou discrepâncias, com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos nos *Anexos I e II* ao presente Caderno de Encargos.
2. O Adjudicatário será responsável perante a Entidade Adjudicante, por qualquer defeito, discrepância ou falta de conformidade dos serviços objeto do contrato, que se manifestem durante a sua vigência.
3. Em caso de falta de conformidade dos serviços com o contrato, o Adjudicatário deverá proceder, à sua custa, sem quaisquer encargos para a Entidade Adjudicante e no prazo razoável que for por este determinado, à reposição da conformidade, sem prejuízo do direito da Entidade Adjudicante optar por exigir a redução adequada do preço dos serviços ou de proceder à resolução do contrato.
4. A garantia dos serviços prevista nesta cláusula abrange, designadamente:
  - a) As despesas relativas à execução dos serviços para reposição da conformidade;
  - b) Indemnizações por prejuízos causados a pessoas ou bens decorrentes dos serviços desconformes.
5. Para efeitos previstos na presente cláusula, a Entidade Adjudicante deverá denunciar ao Adjudicatário a falta de conformidade dos serviços no prazo de até **1 (um) mês**, a contar da data em que a tenha detetado.

**Cláusula 10ª - Aspetos Submetidos à Concorrência**

Nos termos do artigo 42.º do CCP, é submetido à concorrência o Fator Preço.

**Cláusula 11ª - Aspetos não Submetidos à Concorrência**

1. Nos termos do n.º 5 do artigo 42.º do CCP, o convidado deve observar na sua proposta, e como eventual futuro Adjudicatário, garantir, sem encargos adicionais para a Entidade Adjudicante, os aspetos não submetidos à concorrência referidos no presente Caderno de Encargos.
2. O incumprimento dos pressupostos indicados no número precedente implica a exclusão da proposta.

**Cláusula 12ª - Patentes, Licenças e Marcas Registadas**

1. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no decurso da execução do contrato celebrado, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a Entidade Adjudicante venha a ser demandado por ter infringido, no decurso da execução do contrato celebrado, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário terá de o indemnizar de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

**Cláusula 13ª - Preço Contratual e Revisão de Preço**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao Adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, nomeadamente de € \_\_\_\_ (\_\_\_\_)<sup>1</sup> acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

<sup>(1)</sup> [a preencher no contrato a celebrar com o valor que constar da proposta adjudicada e correspondente a um aspeto da execução do contrato submetido à concorrência cujo valor não pode ser superior ao preço base do procedimento]

2. O preço referido no número anterior, inclui todos os custos, encargos e despesas relativos à aquisição dos serviços objeto do contrato, designadamente os seguros, com apólices válidas e atualizadas, nos ramos de: acidentes de trabalho e de responsabilidade civil; despesas de alojamento; alimentação e deslocação de meios humanos e materiais; bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O preço adjudicado, para os serviços objeto de contrato, não será suscetível de revisão.

**Cláusula 14ª - Condições de Pagamento do Preço**

1. Os valores devidos pela Entidade Adjudicante, nos termos da cláusula anterior, deverão ser faturados após a assinatura do contrato, em conformidade com as percentagens e fases infra discriminadas.

- a) 30% - Após a assinatura do contrato;
- b) 30% - Após o início da prestação dos serviços;
- c) 40% - Após a prestação dos serviços e confirmação do Gestor do contrato da conformidade dos mesmos.

1.2 O Adjudicatário deverá proceder à emissão de **três faturas**.

2. A(s) fatura(s) deve(m) mencionar, obrigatoriamente, o número de requisição da Entidade Adjudicante, a referência deste procedimento, bem como deve(m) conter a discriminação dos serviços objeto do contrato.

3. A(s) fatura(s) deve(m) ser enviada(s) em formato eletrónico, cumprindo todos os requisitos previstos na lei Portuguesa, para o endereço de correio eletrónico: [dafa@ibmc.up.pt](mailto:dafa@ibmc.up.pt) ou para outro endereço que a Entidade Adjudicante venha a indicar ao Adjudicatário.

4. Aos mecanismos de faturação aplicados, no decorrer da vigência do contrato a celebrar, é especialmente aplicável o estatuído no artigo 305.º da Lei 82/2023 de 29 de dezembro, que altera a redação n.º 4 do artigo 9.º do DL n.º 111-B, de 31 de agosto.

5. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto ao(s) valor(es) indicado(s) na(s) fatura(s), deve este comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar, também por escrito, os esclarecimentos necessários e, se for o caso, a proceder à emissão de nova(s) fatura(s) corrigida(s); a fase de pagamento ficará suspensa até que sejam prestados todos os esclarecimentos necessários ou recebida a nova fatura.

6. A Entidade Adjudicante terá o direito a deduzir no pagamento a fazer ao Adjudicatário quaisquer quantias relativas ao pagamento de eventuais multas, coimas ou outras que lhe possam ser exigíveis, seja a que título for.

7. O atraso no pagamento de uma ou mais faturas, não determina o vencimento das restantes.

**Cláusula 15ª - Penalidades Contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir ao Adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento e até ao limite de **20% (vinte por cento)** do valor contratual.

2. A exigência por parte da Entidade Adjudicante ao Adjudicatário do pagamento de uma penalidade pecuniária, nos termos do número anterior, não exonera do cumprimento da obrigação em falta nem da prática de outros atos inerentes à reposição da normalidade contratual, o mais rapidamente possível.
3. A aplicação de sanção pecuniária, pela Entidade Adjudicante, será precedida de uma advertência escrita, de incumprimento, ao Adjudicatário.
4. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no n.º 2 do Artigo 329.º do CCP e a Entidade Adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para **30% (trinta por cento)**, conforme disposto no n.º 3 do referido artigo.
5. Para efeitos dos limites estipulados no(s) n.º(s) 2 e 3 do supracitado artigo do CCP, quando o contrato prever prorrogações expressas ou tácitas, o valor das sanções a aplicar deve ter por referência o preço do seu período de vigência inicial.
6. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.
7. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do Artigo 308.º do CCP.
8. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penalidades pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
9. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

#### **Cláusula 16ª - Resolução do Contrato por parte da Entidade Adjudicante**

1. A Entidade Adjudicante poderá resolver o contrato em caso de incumprimento definitivo pelo Adjudicatário das suas obrigações contratuais, nos termos do disposto na parte final do n.º 1 do Art.º 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º por remissão do Artigo 451.º do CCP.
2. O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pela Entidade Adjudicante não preclui o direito de a mesma vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advirem da conduta do Adjudicatário e da resolução.
3. A Entidade Adjudicante, independentemente da conduta do Adjudicatário, reserva-se o direito de resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos nos artigos 334.º e 335.º do CCP.

4. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário por carta simples com aviso de receção.
5. A cessação dos efeitos do contrato não prejudica a verificação da responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a execução da prestação.
6. Em caso de resolução do contrato o Adjudicatário é obrigado a entregar de imediato toda a documentação e informação, independentemente da forma que esta revista, produzida no âmbito do contrato e que esteja em sua posse, a qual é, para todos os efeitos, propriedade exclusiva da Entidade Adjudicante.

#### **Cláusula 17ª - Resolução do Contrato pelo Adjudicatário**

1. O Adjudicatário poderá resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP, por remissão do artigo 451.º.

#### **Cláusula 18ª - Suspensão do Contrato**

1. Sem prejuízo do direito de resolução do contrato, a Entidade Adjudicante pode, em qualquer altura, por comprovados motivos de interesse público, designadamente quando estiverem em causa razões de segurança pública, suspender total ou parcialmente a execução do contrato.
2. A suspensão referida no número anterior produz os seus efeitos a contar do dia seguinte ao da notificação do Adjudicatário, salvo se da referida notificação constar data posterior, e é efetuada através de carta registada com aviso de receção.
3. A Entidade Adjudicante pode, a qualquer momento, levantar a suspensão da execução do contrato.
4. Para efeitos do disposto nos números anteriores, o Adjudicatário não pode reclamar ou exigir qualquer compensação ou indemnização com base na suspensão total ou parcial do contrato.

#### **Cláusula 19ª - Modificações do Contrato**

1. Qualquer intenção de alteração ao contrato deverá ser comunicada, por escrito, pela parte interessada na mesma à outra parte com uma antecedência mínima de **15 (quinze) dias** em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.
2. As modificações contratuais ficam sujeitas ao disciplinado nos termos dos artigos 311.º a 315.º, igualmente o estatuído na Parte III, Título II, Capítulo V (Arts 450.º a 454.º) do CCP.

**Cláusula 20ª - Encargos, Custos e Despesas**

1. São da responsabilidade do Adjudicatário todos os custos e despesas relativos a quaisquer encargos inerentes à celebração do contrato.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, correm por conta do Adjudicatário todas as despesas e encargos em que este haja de incorrer em virtude do cumprimento de obrigações emergentes da lei, do presente Caderno de Encargos, do contrato e da proposta adjudicada.

**Cláusula 21ª - Gestor do Contrato**

1. Nos termos do artigo 290.º-A do CCP, aquando da outorga do contrato, será incluído no clausulado do mesmo a designação do Gestor do Contrato nomeado pela Entidade Adjudicante ao qual incumbe o permanente acompanhamento da execução contratual.
2. Caso o Gestor do Contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deverá comunicá-los de imediato ao Órgão Competente da Entidade Adjudicante, propondo em relatório fundamentado, as medidas corretivas que se revelem necessárias.
3. Gestor do Contrato nomeado: [Completar]; Contacto: [Completar]
4. O responsável pela Gestão do Contrato pode ser modificado pela Entidade Adjudicante.
5. O Adjudicatário obriga-se a nomear um representante, responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e que desempenhe o papel de interlocutor, com a Entidade Adjudicante, para todos os fins associados à execução do contrato.

**Cláusula 22ª - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual pelo Adjudicatário**

A subcontratação pelo Adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer uma das partes são admitidas, nos termos do disposto nos Artigos 316.º e seguintes do CCP.

**Cláusula 23ª - Responsabilidades**

1. O Adjudicatário responde perante a Entidade Adjudicante por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do contrato, bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do contrato.
2. Do mesmo modo, o Adjudicatário responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.

3. Se a Entidade Adjudicante vier a ser demandada por terceiros por prejuízos causados pelo Adjudicatário, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Correm inteiramente por conta do Adjudicatário a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do contrato, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

#### **Cláusula 24ª - Força Maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, devidamente comprovado e aceite, entendendo-se como tal as circunstâncias, imprevisíveis e excecionais, e que não derivem de falta ou negligência de qualquer delas, que impossibilitem a respetiva realização, porquanto alheios à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Os requisitos do conceito de força maior, melhor definidos nos termos do plasmado no número anterior, são cumulativos.
3. Podem constituir força maior, se se verificarem os pressupostos ou requisitos enunciados nos termos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, furacões, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. Para efeitos do disposto nos números anteriores, não constituem força maior, nomeadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, quando autorizado pela Entidade Adjudicante, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados ao Adjudicatário ou às sociedades do Adjudicatário ou ao grupo de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou a grupo de sociedades dos seus subcontratados, quando autorizado pela Entidade Adjudicante;
  - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou a negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

6. Para efeitos do disposto no número anterior, a parte que invocar caso de força maior deve sempre comunicar, por escrito, e justificar tais situações à outra parte, bem como comunicar qual o prazo previsível para o restabelecimento da situação normalizada.

7. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

8. Para efeitos do disposto no número anterior, caso a impossibilidade de execução do contrato, em resultado de caso de força maior, se prolongue por um período contínuo superior a **30 (trinta) dias**, qualquer das partes pode proceder à respetiva resolução contratual, mediante comunicação, por escrito, enviada à outra parte, com a antecedência, mínima, de **15 (quinze) dias**.

#### **Cláusula 25ª - Sigilo e Confidencialidade**

1. O Adjudicatário compromete-se, na vigência do contrato, a manter como reservado e confidencial, o respetivo conteúdo, assim como toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, sob pena de ser responsável pelos prejuízos que daí decorrerem.

2. A informação e a documentação abrangidas pelo dever da confidencialidade não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não os destinados direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. A obrigação de confidencialidade do Adjudicatário estende-se a todos os seus trabalhadores, colaboradores, agentes ou subcontratados e a quaisquer outras pessoas que, direta ou indiretamente, intervenham na execução do contrato.

4. A obrigação de confidencialidade prevista na presente cláusula vigorará por todo o período de duração do presente contrato e manter-se-á em vigor após a cessação deste, por qualquer causa.

5. Exclui-se do dever de confidencialidade previsto nesta cláusula a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de decisão judicial transitada em julgado ou a pedido de entidades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

**Cláusula 26ª - Proteção e Tratamento De Dados Pessoais**

1. O Adjudicatário obriga-se a cumprir as obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação.
2. O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Entidade Adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

**Cláusula 27ª - Políticas Horizontais**

Em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 1.º-A do CCP, o Adjudicatário deverá garantir, na fase de formação e execução do presente contrato, o pleno cumprimento das normas aplicáveis vigentes em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do Direito Internacional, Europeu, Nacional ou Regional.

**Cláusula 28ª - Interpretação e Validade**

1. O contrato e demais documentos contratuais regem-se pela lei portuguesa, sendo interpretados de acordo com as suas regras.
2. As partes no contrato que tenham dúvidas acerca do significado de quaisquer documentos contratuais, devem colocá-las à parte contrária a quem o significado dessa disposição diga diretamente respeito.
3. Se qualquer disposição do contrato ou de quaisquer documentos contratuais for anulada ou declarada nula, as restantes disposições não serão prejudicadas por esse facto, mantendo-se em vigor.
4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o Adjudicatário obriga-se a ter em conta, na execução do contrato, as orientações que lhe forem transmitidas por escrito pela Entidade Adjudicante, na medida em que as mesmas não colidam com as regras aplicáveis à execução do mesmo termo contratual.

**Cláusula 29ª - Deveres de Informação**

1. Qualquer uma das partes deve informar a outra parte de quaisquer factos ou circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com os princípios da boa-fé e da confiança, no prazo máximo de até **10 (dez) dias** a contar do respetivo conhecimento.

2. Atento o disposto no número anterior, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra parte, em especial, de quaisquer factos ou circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações decorrentes da lei e/ou do contrato e/ou do Caderno de Encargos e/ou da proposta adjudicada.

### **Cláusula 30.<sup>a</sup> - Regime Contraordenacional**

Para além das sanções por incumprimento previstas na Cláusula de Penalidades Contratuais do presente Caderno de Encargos, constituem contraordenações muito graves as previstas no Artigo 456.º, contraordenações graves as descritas no art.º 457.º e contraordenações simples as gizadas no Artigo 458.º, todos do Código de Contratos Públicos.

### **Cláusula 31.<sup>a</sup> - Legislação Aplicável**

Em tudo o omissso nas peças do presente procedimento observar-se-á o previsto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

### **Cláusula 32.<sup>a</sup> - Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **Cláusula 33.<sup>a</sup> - Comunicações e Notificações**

1. Salvo se outra formalidade estiver especialmente prevista neste contrato, todas as comunicações e notificações a efetuar entre as partes, nos termos e ao abrigo do contrato, deverão ser efetuadas por escrito e enviadas por correio registado com aviso de receção ou por correio eletrónico com recibo de leitura para as moradas e endereços de correio eletrónico que de seguida se indicam, ou para quaisquer outros que as partes venham a designar, mediante comunicação prévia por escrito à contraparte, sob pena de se consideram como não realizadas.

Para a Entidade Adjudicante:

**À atenção de:** Serviço de Contratação Pública - IBMC

**Morada:** Rua Alfredo Allen, 208 - 4200-135 Porto

**Endereço de correio eletrónico:** [procedimentosccp@ibmc.up.pt](mailto:procedimentosccp@ibmc.up.pt)

Para o Adjudicatário:

**À atenção de:** ... [Completar]

**Morada:** ... [Completar]

**Endereço de correio eletrónico:** ... [Completar]

2. As comunicações ou notificações feitas por correio eletrónico consideram-se recebidas na data constante na respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.
3. As moradas indicadas serão válidas para efeitos de eventuais citações ou notificações judiciais.
4. Qualquer alteração das informações de contacto constantes nesta Cláusula deve ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 34ª - Partes Integrantes**

1. Faz parte integrante do presente Caderno de Encargos, os seus *Anexos I e II*.
2. Fazem sempre parte integrante do contrato, o Caderno de Encargos e os seus anexos, bem como os demais documentos contratuais, o Convite, a proposta adjudicada e toda a correspondência trocada entre as partes.

#### **Cláusula 35ª - Contagem dos Prazos**

1. A contagem dos prazos, na fase de formação do contrato no contrato, obedece ao disposto no artigo 470.º do CCP.
2. A contagem dos prazos, na fase de execução dos contratos, cumpre o estatuído no artigo 471.º do CCP.

## ANEXO I

**Nota Introdutória**

A Entidade Adjudicante partilha as instalações do *i3S - Instituto de Investigação e Inovação em Saúde da Universidade do Porto - Associação ("i3S")* que são constituídas por dois edifícios interligados cujas áreas úteis aproximadas são de **18.000m<sup>2</sup>**, com um universo de cerca de **1.000 colaboradores**.

Sendo o *i3S* um Instituto de investigação na área da saúde de reconhecido nome e reputação nesta área, assim como é prestador de serviços, diário, de diagnóstico, a dezenas de utentes, surgiu a necessidade temporária de instalar um módulo amovível que permita ampliar o espaço laboratorial do IBMC, devido a um aumento imprevisível de pedidos para realização de testes de diagnóstico ao serviço do IBMC, nomeadamente, ao Centro de Genética Preditiva e Preventiva - CGPP ("CGPP").

Pretende-se, com esta nota introdutória, evidenciar a transitoriedade desta necessidade de alargamento das instalações ocupadas pelo supracitado serviço, o CGPP, sendo que o serviço objeto do contrato será executado em materiais que permitam a sua fácil desmontagem e remoção, findada esteja a necessidade imprevista supramencionada.

**Especificações Técnicas dos Serviços a Prestar**

Os serviços a prestar pelo Adjudicatário à Entidade Adjudicante, nos termos e condições previstas no presente Caderno de Encargos, compreendem:

A. Área da estrutura modular: 50 m<sup>2</sup>

B. Desenho da estrutura pretendida: *Anexo II*, do presente Caderno de Encargos.

C. Materiais a utilizar na execução da estrutura:

- Estrutura metálica em aço galvanizado ("*LSF*" - *Ligth Stell Frame*), em conformidade com a Norma Europeia: EN 10346:2009;
- Os perfis de aço galvanizado devem ser moldados a frio, em C 100, incluindo todas as ligações necessárias para a montagem da estrutura;
- Teto, fachadas e divisória: devem ser executadas em placas de gesso cartonado BA 13 ("*Pladur*"), de 30mm com aplicação direta na estrutura de LSF. O gesso cartonado de toda a estrutura deve ser devidamente lixado e espanado de forma a que a superfície fique livre de pó. Posteriormente, deverá levar uma primeira demão de aparelho e, finalmente, a aplicação da tinta, a quantidade de vezes necessária para o trabalho ficar concluído de acordo com o pretendido;

- A divisória deve ser aplicada diretamente na estrutura de LSF com placa de *pladur* em ambos os lados, devendo ainda, ser efetuado o tratamento com fita de vedação fibra de vidro para colar juntas, sendo que todas as arestas deverão levar fita de cantos para gesso cartonado;
- O pavimento da estrutura deve ser realizado em madeira com acabamento OSB22 (*Oriented Strand Board*) com 16mm de espessura, de acordo com as normas EN 300 e EN 13986 e NF P 92-501.

#### D. Isolamento térmico e acústico da estrutura

- Fornecimento e aplicação de isolamento térmico e acústico por meio de painéis de lã mineral / lã de rocha PN 70 (70 kg/m<sup>3</sup>) e com 40mm de espessura, painéis do tipo Rockwool ou Isover.

#### E. Acabamento da estrutura

- A estrutura deve ser previamente lixada;
- O gesso cartonado de toda a estrutura deve ser devidamente lixado e espanado de forma a que a superfície fique livre de pó. Posteriormente, deverá levar uma primeira demão de aparelho e, finalmente, a aplicação da tinta, a quantidade de vezes necessária para o trabalho ficar concluído de acordo com o pretendido;
- Aplicação de tinta aquosa acrílica, de cor a definir pela Entidade Adjudicante;
- Todo o material necessário para a estrutura ficar com um acabamento perfeito.

